

Censura injustificável

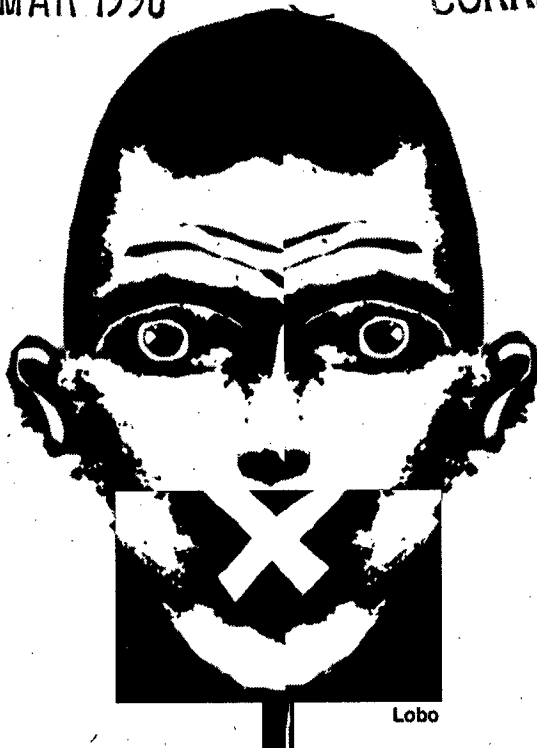
17 MAR 1996

Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

É estranhável a reação de certa área da política e dos meios de comunicação ao resultado da votação da emenda constitucional relativa à previdência, na Câmara dos Deputados. A recusa do substitutivo ao projeto do Executivo gerou censura injustificável. Como toda decisão política, a da Câmara haveria de suscitar crítica. A complexidade da matéria teria que provocar comentários divergentes. São múltiplos os direitos e interesses em confronto, no plano da administração e quanto às pessoas. Envolvem situações diferenciadas, decorrentes de legislação variada e de épocas diversas. A apresentação de substitutivo à proposta do governo já refletia as dificuldades. É natural, pois, que haja interpretações contrastantes em torno da decisão.

A divergência, porém, não justifica agressão aos parlamentares que se opuseram ao substitutivo. Tachá-los de traidores, ameaçá-los de punição partidária, expô-los à condenação pública é ato deseducativo e contrário ao convívio democrático. Bobbio pondera que, “para uma definição mínima de democracia, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria”. Exige mais, lucidamente. “É indispensável”, diz ele, “uma terceira condição”: a de que “aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir” tenham “alternativas reais” de escolha e garantidos “os direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões”. De irreversível procedência a observação, é claro de ver que o monopólio da verdade não se concilia com o regi-



Lobo

me democrático.

Assim se pratica a democracia. Em plena segunda grande guerra, processaram-se eleições nos Estados Unidos. Candidato à reeleição presidencial, Roosevelt submeteu-se ao embate das urnas como qualquer postulante. A circunstância de dirigir a nação num momento extremamente crítico não lhe conferiu privilégio, nem foram amaldiçoados os seus adversários. Na Inglaterra, na mesma época e em situação mais dramática, Churchill houve que enfrentar a ira da opinião pública e a oposição na Câmara dos Comuns. Consoante ele revela em suas *Memórias*, ocorreu até apresentação de voto de censura ao governo, depois de “uma longa sucessão de infortúnios” na guerra, inclusive a perda da batalha de “Auchinleck no deserto” e a queda de Tubruq. Os “alemães triunfantes” avançavam em “caminhões capturados repletos de supri-

mento de petróleo” e, não raro, “disparando as próprias armas” inglesas recolhidas. Nesse clima de tragédia, entretanto, travou-se o debate parlamentar, que começou “com um discurso competente” de Sir John Wardlaw — Milne, reconhece o primeiro-ministro. A moção de desconfiança foi recusada por “475 votos a 25”, mas a discussão havia refletido, na guerra, o caráter democrático das instituições britânicas.

Ora, o Brasil não está em luta armada e o governo proclama normalidade em todos os setores da vida nacional. A Constituição em vigor não estabelece o voto imperativo aos parlamentares, nem mesmo diante do povo, que os elege. Amplamente a Carta declara que os deputados são “representantes do povo” e os senadores “representantes dos estados e do Distrito

Federal. Não os vincula, linearmente, aos partidos. É claro que estes são os instrumentos constitucionais por meio dos quais se elegem governantes e representantes. Os partidos, porém, não devem ser forças de escravização das consciências, e sim de coordenação de vontades livres. Somente assim serão órgãos vitalizadores da vida pública, notadamente diante da apreciação de problemas constitucionais.

Num livro de 1994, Alain Touraine condena o domínio das oligarquias no campo social e econômico e sustenta que a democracia, substancialmente, deve conduzir à *liberação* do homem. É o que exprime o resultado da votação discutida. Não se há de admitir repulsa à liberdade e o descompasso da represália, no governo de um presidente que já esteve exilado pela intolerância então reinante.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia